



Trabalho duro: agente penitenciário observa a produção de móveis estofados pelos presos na prisão de Guarapuava

Fábricas têm linha de produção na cadeia

Grças a parcerias firmadas entre o Estado do Paraná e empresas da região, o complexo de prédios da Penitenciária Industrial de Guarapuava (PIG) abriga uma fábrica de móveis estofados (Azulbrás) e outra de prendedores de madeira (Estilo Palitos).

Todas utilizam os detentos como mão-de-obra. A mesma política vale para um convênio feito entre o Estado e a Humanitas para contratar internos como funcionários para trabalhar na limpeza e na cozinha da PIG.

A política apresenta vantagens

consideráveis. A primeira é oferecer ao detento a oportunidade de aprender um trabalho que pode ser útil ao final de sua pena. De cada três dias trabalhados na PIG, um é abatido na pena.

– Vim para cá pelo trabalho. Sei que dessa vez, quando sair, posso conseguir algo lá fora – define L., 29 anos, condenado a seis anos de prisão por atentado ao pudor.

A rotina na prisão paranaense é dividida por turnos. Enquanto um grupo de detentos trabalha, o outro toma aulas de ensino Fundamental ou Médio e pode ter acesso a assistência médica, psicológica ou jurídica. No turno seguinte, a

rotina se inverte.

Mesmo com o uso constante de materiais como pistolas de pressão e pedaços de madeira, nunca ocorreu sequer uma tentativa de motim na fábrica de móveis.

– Eles têm um material farto para um motim. Mas têm a consciência de que seria pior para eles – afirma o gerente-geral da Humanitas, Victório Fávero.

Cada um dos internos recebe pelo menos um salário mínimo e existe a chance de premiação se a produção superar o planejado.

– A gente se distrai. Nem dá tempo para ficar sofrendo – diz F., 25 anos, preso por homicídio.

Local da nova prisão do RS ainda não está definido

Nos próximos 15 dias, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) deve receber formalmente de Brasília uma solicitação de informações sobre possíveis áreas de instalação da nova penitenciária federal no Rio Grande do Sul.

Assim como a prisão de Guarapuava (PR), a nova prisão de 6,5 mil metros quadrados não terá muros e sim um alambrado duplo (duas fileiras de tela). Abrigará 200 presos e pode ficar pronta ainda este ano.

Área para instalação da prisão não está definida. O aumento no número de vagas do sistema prisional gaúcho é saudado pelo superintendente da Susepe, Airton Michels, que se posiciona de forma contrária à administração das casas por empresas privadas.

– Não concordamos com a terceirização, mas respeitamos a decisão do governo federal – observa.

O número de recolhidos às casas prisionais gaúchas quase triplicou no último ano. Eram cerca de 500 prisões por ano na década de 90, mas entre o final de 2000 e 2001 houve 1,2 mil. A Susepe mantém como carro-chefe da administração a reforma no Presídio Central, onde a superlotação é permanente.

– Fomos obrigados a superlotar penitenciárias da Região Metropolitana para diminuir o número de presos no Central e realizar a obra – admite Michels.

A extensão do excesso de presos

AS PRISÕES GAÚCHAS

- ◆ Cada preso custa R\$ 450 por mês ao Estado
- ◆ São 15,2 mil presos em 86 presídios, 19 albergues e três colônias penais
- ◆ 3,1 mil deles ainda aguardam julgamento. Há três anos eram 1,2 mil
- ◆ A despesa com o sistema prisional em 2001 foi de R\$ 61 milhões

a várias casas preocupa o promotor Gilmar Bortolotto, corregedor dos presídios da Região Metropolitana. Embora aposte no aumento da segurança com a reforma do Central, a preocupação é que as transferências sobrecarreguem definitivamente outras cadeias. Na opinião do promotor, mesmo penas alternativas ao encarceramento, em geral saudadas como positivas, estariam esgotando o espectro de aplicação.

– Estamos no limite da tolerância para o não-encarceramento. Não há como estender mais as penas que substituem a prisão – acredita.

No Central, 1,8 mil presos dividem o espaço reservado para 700. Espera-se que ao final da obra sejam 1,5 mil bem acomodados.

No ano passado, a extinção das revistas íntimas foi comemorado pela Susepe como final dos constrangimentos a familiares. A medida é lamentada pelo presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários e da Secretaria da Justiça, Roberto Baz de Souza.

– As fugas estão mais armadas. Uma revista rigorosa evitaria a entrada de drogas e de celulares – diz.

NO RIO GRANDE DO SUL

Conheça algumas experiências de sucesso na reabilitação de presos em penitenciárias gaúchas:



ROBERTO VINÍCIUS – ESPECIAL/ZH



JÂNIO SEEGER – ESPECIAL/ZH



RENOIR SAMPAIO – ESPECIAL/ZH

PRESÍDIO ESTADUAL DE ENCANTADO

Desde que assumiu como administrador, há 18 anos, João Almeida não admite que o preso fique encarcerado sem realizar nenhuma atividade. Para isso, ele tem o apoio do Ministério Público e da sociedade de Encantado. Dos 37 apenados, 26 condenados nos regimes semi-aberto e fechado trabalham internamente ou em empresas da região.

Os apenados estão divididos em grupos que coordenam a horta, a cozinha, a limpeza e os serviços de conservação do presídio. Quatro se tornaram artesãos aprendendo a fazer colchas, guardanapos, toalhas, tapetes e tarrafas. O material para a fabricação é doado por empresas ou comprado pelas famílias dos presos. Uma tarrafa leva cerca de 20 dias para ficar pronta, chegando a custar R\$ 150. Os produtos são vendidos pelos familiares.

O apenado que cumpriu um sexto da pena e tem bom comportamento pode conseguir a liberação para trabalhar externamente. É o caso de Israel Pinto, 30, (foto acima) condenado por tráfico de drogas e que há seis meses conseguiu a liberação para trabalhar em uma fábrica de rações.

PRESÍDIO ESTADUAL DE SANTIAGO

Na penitenciária, considerada exemplo na região central do Estado, oito conselheiros acompanham a família do preso e monitoram o trabalho externo. A juíza Karina Leonetti mantém conversas individuais com os detentos pelo menos uma vez por mês. Segundo o presidente do Conselho da Comunidade, José Cândido Duarte, os oito voluntários que integram a entidade tem a função de acompanhar mensalmente o detento do regime semi-aberto.

O administrador substituto do presídio, Antônio Flores Sá, garante que há sobra de vagas no mercado de trabalho para os que cumprem regime semi-aberto. Os que não podem ultrapassar os muros do presídio contam com cursos de pintura de móveis, marcenaria e beneficiamento de couro, além da oficina de artesanato (foto) e reforma de móveis antigos. Alguns detentos atuam como autônomos e dois montaram seu próprio negócio.

– O resultado do trabalho pode ser comprovado nos pedidos de presos de todo o Estado que querem vir para cá – afirma o administrador. O presídio tem 74 detentos, 27 deles no albergue.

PENITENCIÁRIA MODULADA DE IJUÍ

O complexo é dividido em três módulos, cada um com duas galerias. Existem três quadras de esportes e cinco celas para visita íntima, com cama de casal, por módulo. Apesar de ser classificada como uma penitenciária de segurança média pela Susepe, nenhuma fuga foi registrada na Modulada desde sua inauguração, em 1998.

Uma iniciativa pioneira no presídio foi a criação de uma padaria própria, operada exclusivamente pelos presos, onde são fabricados diariamente cerca de 900 pães de cem gramas.

– A Susepe está pensando em implantar a padaria nos outros presídios da região, em virtude da redução de custos também – conta o subdiretor da cadeia, Paulo Joel Zucoloto.

Para o detento Valdecir Funck Cassel, 33 anos, responsável pela padaria e que cumpriu pena nos presídios Central de Porto Alegre, no Estadual de Santa Maria e no Regional de Santo Ângelo, as condições (higiene, celas e serviços oferecidos) da Modulada são as melhores que já encontrou.